



## VIOLÊNCIA

# Tornozeleira imediata a agressor de mulher

Lula sanciona lei que manda instalar dispositivo no homem que ameaçar integridade física dela. Fórum de Segurança Pública mostra: em 2025, 10% dos 1.568 feminicídios ocorreram mesmo com medidas protetivas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a Lei 2942/2024, que determina o uso imediato de tornozeleira eletrônica por agressores de mulheres. De agora em diante, a aplicação do dispositivo eletrônico é obrigatória sempre que houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica de uma mulher ou de seus dependentes. Antes, o monitoramento com o equipamento era aplicado apenas quando do relaxamento de pena imposta ao agressor. Além disso, o juiz que não impuser o uso da tornozeleira deverá justificar a decisão.

Dados de 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostraram que quase 10% (148) do total de vítimas de feminicídios foram assassinadas mesmo sob medidas protetivas. Segundo o levantamento, foram 1.568 crimes motivados por gênero no ano passado. A lei sancionada prevê que o equipamento usado pelo agressor esteja integrado ao sistema Alerta Mulher Segura, que tem atualização em tempo real e gera o acionamento imediato das forças de segurança. A ideia é evitar que o agressor se aproxime da mulher.

Lula, porém, destacou a necessidade de educar a população sobre o respeito à diversidade de gêneros. “Mais importante do que aprovar esse projeto de lei é convencer uma parcela da humanidade que não quer aceitar essas coisas [o respeito às mulheres]. [Com a lei] estamos cuidando dos efeitos, não estamos cuidando da causa. Porque junto com cada projeto de lei que a gente aprova, e que a gente sanciona, era preciso ter, concomitantemente, um projeto de lei educando os violentos”, frisou.

“Uma das coisas que a gente identificou foi justamente o tema da tornozeleira, que uma medida protetiva extremamente eficaz estava sendo subutilizada. Subutilizada em que sentido? Não estava sendo

**Mais importante do que aprovar esse projeto de lei é convencer uma parcela da humanidade que não quer aceitar essas coisas [o respeito às mulheres]. [Com a lei] estamos cuidando dos efeitos, não estamos cuidando da causa. Porque junto com cada projeto de lei que a gente aprova, e que a gente sanciona, era preciso ter, concomitantemente, um projeto de lei educando os violentos”**

**Presidente Lula**

deferida como medida protetiva. A maior parte das vítimas recebia a medida protetiva e [o agressor] não recebia a tornozeleira”, afirmou a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS), coautora da lei e que participou do evento de sanção do texto.

### Vicaricídio

Lula também oficializou matéria que define como “hediondo” assassinato de filhos ou parentes para punir psicologicamente mulheres. Denominado vicaricídio, esse crime, agora, está incluído no escopo da Lei Maria da Penha. “A

gente reconhece essa violência de gênero; colocar na Lei Maria da Penha mais esta violência, que é para agredir e violentar as mulheres, ao mesmo tempo, numa barbárie produzida contra os próprios filhos”, disse Fernanda.

A ministra Janine Melo, dos Direitos Humanos, destacou que o “fato de a gente hoje listar o vicaricídio, que é uma das formas mais brutais de manifestação da misoginia, como uma uma das formas de violência doméstica, no rol de crimes hediondos, é um avanço importante e histórico”, observou. O crime de vicaricídio ganhou

destaque depois que o então secretário de Governo de Itumbiara (GO), Thales Machado, matou os filhos, de 12 e oito anos, enquanto dormiam, como forma de atingir a mulher, Sarah Tinoco Araújo, filha do prefeito do município, Dione Araújo. O assassinato ocorreu por uma suposta traição conjugal. Depois de cometer o crime, o homem se matou.

Em mais uma iniciativa voltada à proteção das mulheres, Lula sancionou a lei que institui o 5 de setembro como a Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas. A

data, de acordo com a deputada federal e autora do projeto, Célia Xakriabá (PSol-MG), será usada para conscientizar a sociedade sobre a violência enfrentada por elas, além de incentivar a criação de políticas públicas específicas e ampliar a visibilidade das pautas indígenas na promoção de direitos.

“Quando falamos de violência contra as mulheres indígenas, estamos falando de onde o Brasil começa. O Brasil começa do estupro”, criticou, lembrando os abusos seculares sofridos pelas mulheres das nações originárias desde o período da colonização. (Colaborou Fabio Grecchi)

## ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

# Raoni: “Se comprometam com nossa luta”

» ALINE GOUVEIA



Aponte a câmera e confira a entrevista na íntegra

O cacique Raoni, do povo mbêngôkre (também conhecido como kaiapó), tem dedicado a vida à luta pela demarcação dos territórios dos povos indígenas, mas ainda não viu o local onde nasceu ter a área definida. A Terra Indígena Kapôt Nhinore, localizada na Bacia do Xingu, entre os estados do Mato Grosso e do Pará, aguarda homologação há mais de 20 anos. Ao **Correio**, Raoni reafirmou o desejo de ver a terra do povo protegida e pediu que toda a sociedade brasileira ajude na luta indígena.

Em 2023, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) aprovou os estudos de Identificação e Delimitação da Kapôt Nhinore. Esse processo ocorre quando há conclusão e aprovação dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais da terra pela Presidência da Funai, correspondendo a uma das etapas do processo demarcatório, seguida posteriormente da declaração, homologação e regularização.

“Essa terra foi roubada. Ela é nossa e precisa ser demarcada”, frisou Raoni.

O líder indígena tem mais de 90 anos e segue firme no compromisso de assegurar que os direitos originários sejam respeitados. Quando tirou o primeiro documento, estimou-se que ele nasceu em 1932. Mas no caso dele, assim como no de tantos outros indígenas que tiveram acesso aos documentos de identificação tardiamente, não se sabe ao certo a verdadeira idade.

Raoni fez um chamado à sociedade brasileira: “Comprometam-se com a nossa luta para que tenhamos mais vida nesta terra. A nova geração precisa dessa terra e temos que ter esse compromisso”, cobrou. O cacique também pediu que as pessoas não-indígenas ajudem, buscando recursos

para que os direitos indígenas sejam efetivados.

Ele está em Brasília desde o começo da semana, acompanhado por parentes e da delegação Kaiapó para participar do Acampamento Terra Livre (ATL). O ato reúne cerca de 7 mil indígenas, cujo tema este ano é “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”. Além de demarcação, o movimento indígena também faz uma mobilização pelo fim da exploração de petróleo e por mais representação em espaços de poder.

Os indígenas também estiveram no Supremo Tribunal Federal (STF) para acompanhar o julgamento que discute a validade da lei que reduziu a área do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para viabilizar a construção da ferrovia Ferrogrão (EF-170). Dois ministros já haviam votado pela validade da lei, mas o ministro Flávio Dino pediu vista. O julgamento deve ser retomado na próxima semana.

A Ferrogrão tem 933km e formará o corredor ferroviário de exportação de soja e milho, atravessando a Bacia Amazônica, na Região Norte do país. (Colaborou Vanilson Oliveira)

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Cacique deixou claro que a luta pela demarcação é uma reparação histórica

## SAÚDE PÚBLICA

# Brasil integra duas grandes iniciativas mundiais

» LETÍCIA CORRÊA\*

A Embaixada da França em Brasília sediou, ontem, a assinatura de dois atos internacionais: a adesão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) à iniciativa global Prezode (Prevenção de Emergência de Doenças Zoonóticas em português), voltada à prevenção de pandemias; e um memorando de entendimento entre a iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi na sigla em inglês) e a representação diplomática francesa. O ministro-conselheiro da Embaixada da França, Bricce Fodda, explicou que o evento integra o One Health Festival, um desdobramento da cúpula realizada em Lyon que conta com 180 atividades mundiais de discussão sobre a saúde.

Segundo o diplomata, a ideia é entender as interações entre saúde ambiental, animal e humana. O conceito de “Uma só saúde” define que o bem-estar de seres humanos, animais, plantas e ecossistemas é interdependente, e tenta romper a segmentação para responder a desafios sanitários e ambientais.

“A abordagem de ‘Uma Só Saúde’ nos convida a compreender que a saúde humana, animal, ambiental são inseparáveis. No entanto, também nos desafia a ir além, incorporando a compreensão dos determinantes sociais e ambientais da saúde. Sabemos que fatores como condições de vida, acesso a serviços, segurança alimentar, mudanças climáticas, degradação ambiental e desigualdades sociais influenciam o perfil epidemiológico das populações. Esses determinantes muitas vezes definem quem adoce, como adoce, e quais são as possibilidades de acesso à prevenção e ao cuidado”, disse a representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Sheila Rodovalho.

### Maior acesso

O diretor da DNDi na América Latina, Sergio Sosa Estani, disse que a organização identificou tratamentos para combater doenças negligenciadas e estabeleceu parcerias com institutos de pesquisa e ministérios para ampliar o acesso a tecnologias de saúde. Por sua vez, o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Clenio Nailto Pillon, relatou que a empresa tem 1.164 projetos relacionados à saúde única, com foco na produção de alimentos em bases sustentáveis.

O representante do Ministério da Saúde, Francisco Edilson de Lima Júnior, ressaltou que a Fiocruz funcionará como elo entre o governo e plataformas internacionais — como a Prezode. Pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, Valéria Homem citou programas que estão na agenda do “Uma Só Saúde”, como a vigilância de contaminantes, bem-estar animal e o plano de ação nacional para resistência a antimicrobianos.

“Toda a parte de boas práticas agropecuárias, bem-estar animal, todos os programas de saúde animal e o grande programa de resistência antimicrobiana fazem parte da nossa agenda”, explicou.

A vice-diretora da Fiocruz Brasília, Denise Oliveira Silva, lamentou que o conceito de saúde única permaneça restrito a muros acadêmicos e científicos. Segundo ela, a formação de profissionais ainda ocorre sem considerar determinantes sociais e ambientais.

\* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi